

PREFEITURA DE OURO PRETO

TERMO DE REFERÊNCIA

REF: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ÓTICAS INSTALADAS NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO-MG, PARA FORNECIMENTO DE ÓCULOS DE GRAU EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO PROGRAMA MIGUILIM DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde

PROCESSO: Número 188/2025

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

- Taciana de Oliveira, matrícula: 44078, cargo: Enfermeira, e-mail: superintendenciaderede.pmop@gmail.com
- Paola Cristiane Andrade Amorim, matrícula: 47997, cargo: Diretora da Atenção Especializada, e-mail: atencao.especializada@ouopreto.mg.gov.br
- Junio José Rodrigues Carioca, matrícula: 47101, cargo: Diretor de gestão de suprimentos, e-mail: suprimentos.saude@ouopreto.mg.gov.br

1. SOLICITANTE

1.2. Área solicitante: Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Responsável pela elaboração do ETP: Taciana de Oliveira.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Credenciamento de contratação de óticas instaladas no Município de Ouro Preto-MG, para fornecimento de óculos de grau prescritos em atendimento das demandas do Programa Miguilim, o programa é uma iniciativa essencial para a detecção precoce de alterações visuais e o fortalecimento do aprendizado das crianças do Município de Ouro Preto-MG.

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses (máximo de 5 anos) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é destinado ao atendimento de demandas dos serviços de saúde do município, que são contínuos e ininterruptos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a permanência dos prestadores na rede, bem como a sua

PREFEITURA DE OURO PRETO

continuidade.

2.4. Do quantitativo estimado

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS ALTO ÍNDICE GRAU FORTE	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS ALTO ÍNDICE GRAU FORTE MODELO ADULTO FEMININO E MASCULINO - MATERIAL EM METAL OU ACETATO COM ARO TOTAL, ARO QUADRADO OU REDONDO	UNID	600	R\$87,00	R\$52.000,00
2	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS ALTO ÍNDICE GRAU FORTE	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS ALTO ÍNDICE GRAU FORTE MODELO INFANTIL FEMININO E MASCULINO - MATERIAL EM METAL OU ACETATO COM ARO TOTAL, ARO QUADRADO OU REDONDO	UNID	100	R\$87,00	R\$8.700,00
3	ARMAÇÃO PARA OCULOS	ARMAÇÃO PARA OCULOS MODELO ADULTO FEMININO E MASCULINO - MATERIAL EM METAL OU ACETATO COM ARO TOTAL, ARO QUADRADO OU REDONDO	UNID	200	R\$87,00	R\$17.400,00
4	ARMAÇÃO PARA OCULOS	ARMAÇÃO PARA OCULOS MODELO INFANTIL FEMININO E MASCULINO - MATERIAL EM METAL OU ACETATO COM ARO TOTAL, ARO QUADRADO OU REDONDO	UNID	100	R\$86,00	R\$8.600,00
5	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS ANTI-REFLEXO	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS ANTI-REFLEXO ALTO ÍNDICE DE -10.00 A + 9.50 ESFÉRICO E CILINDRO ATE - 6.00; CONFORME RECEITUÁRIO MÉDICO	PAR	20	R\$39,00	R\$780,00
6	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS ANTI-REFLEXO	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS ANTI-REFLEXO ALTO ÍNDICE DE -8.00 A +6.00 ESFÉRICO E CILINDRO ATE - 4.00; CONFORME RECEITUÁRIO MÉDICO	PAR	20	R\$39,00	R\$780,00
7	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS ANTI-REFLEXO	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS ANTI-REFLEXO ALTO ÍNDICE GRAU FORTE, ALTA DIOPTRIA DE -12.50 A - 23.00 ESFÉRICO E CILINDRO ATE -9.00; CONFORME RECEITUÁRIO MÉDICO	PAR	10	R\$45,00	R\$450,00
8	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS VISÃO SIMPLES ANTI-REFLEXO	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS VISÃO SIMPLES ANTI-REFLEXO DE PLANO -4.00 A + 4.00 ESFÉRICO, CILINDRO ATE -2.00; CONFORME RECEITUÁRIO MÉDICO	PAR	20	R\$61,00	R\$1.200,00
9	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS VISÃO SIMPLES	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS VISÃO SIMPLES ANTI REFLEXO DE PLANO -6.00 A +6.00 ESFÉRICO, CILINDRO ATE -4.00; CONFORME	PAR	460	R\$58,00	R\$26.680,00

PREFEITURA DE OURO PRETO

	ANTI-REFLEXO	RECEITUARIO MEDICO				
10	LENTE OFTALMICAS MULTIFOCALIS	LENTE OFTALMICAS MULTIFOCALIS ALTO INDICE DE -10.00 A + 6.00 ESFERICO E CILINDRO ATE - 6.00; ADICAO DE +1.00 A +3.50 ALTURA MINIMA DE 22MM	PAR	10	R\$59,00	R\$590,00
11	LENTE OFTALMICAS MULTIFOCALIS VISAO SIMPLES	LENTE OFTALMICAS MULTIFOCALIS VISAO SIMPLES DE -4.00 A +7.00 ESFERICO E CILINDRO ATE - 4.00; ADICAO DE +1.00 A +3.00 ALTURA MINIMA DE 22MM	PAR	460	R\$74,00	R\$34.040,00
TOTAL						R\$151.440,00

2.4.1. O cálculo foi realizado com base nas principais realizações do ano de 2024 que foram realizadas **4296 triagens oculares** em escolas da rede pública, com o encaminhamento de **1740 estudantes** para consultas oftalmológicas completas. Os serviços especializados realizaram exames como anamnese, refração, mapeamento de retina e tonometria, avaliação de glaucoma, córnea, retina, estrabismo e oftalmologia pediátrica, conforme diretrizes do programa. Foram distribuídos **642 pares de óculos**, atendendo às prescrições médicas para correção de erros refrativos em alunos diagnosticados. Além disso, foram realizadas capacitação de professores e profissionais da Atenção Primária à Saúde para identificar sinais de risco de alterações visuais e organização de fluxos assistenciais entre escolas, APS e serviços especializados para otimizar o cuidado compartilhado.

2.4.2. As triagens foram realizadas pelo médico especialista (oftalmologista) do município, em parceria com as unidades básicas de saúde e profissionais das escolas. O planejamento para o ano de 2025, envolve a ampliação da cobertura do programa, implementar ações de educação em saúde nas escolas para sensibilizar estudantes e famílias sobre a importância do cuidado ocular e o credenciamento de óticas na região para fornecimento dos óculos sendo este fundamental para atender a demanda crescente por realização desses procedimentos. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto reafirma seu compromisso com a estratégia de Saúde Única, integrando ações para a população com o objetivo de garantir o bem-estar de toda a comunidade.

2.5. Execução

2.5.1. O serviço deverá ser prestado no município de OURO PRETO-MG e o agendamento das consultas será de acordo com a demanda apresentada pelo setor da Secretaria Municipal de Saúde.

2.5.2. O licitante vencedor fica ciente que as óticas credenciadas ficarão responsáveis pelo fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para realização de ajustes e entregas dos óculos, e caberá a Secretaria Municipal de Saúde o agendamento das entregas.

PREFEITURA DE OURO PRETO

2.6. Modalidade de entrega dos itens

A distribuição das óticas credenciadas por território será organizada com base em critérios populacionais, epidemiológicos e geográficos, de forma a garantir acesso equitativo, logística eficiente e cobertura adequada da população-alvo, especialmente em regiões mais periféricas e distritos do município.

O modelo adotado será territorializado e terá como eixo principal as áreas de abrangência das Unidades Básicas de Saúde (UBS), considerando também a quantidade de escolas públicas localizadas em cada território e o número estimado de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, faixa etária prioritária dos programas de triagem visual da rede pública de saúde e educação.

Para estimar a demanda potencial por fornecimento de óculos corretivos, utilizamos como base os dados do Programa Miguilim e triagens realizadas em anos anteriores. Segundo a série histórica mais recente (ano de 2024), verificou-se que aproximadamente 40% das crianças triadas nas escolas públicas apresentaram necessidade de uso de óculos, seja por erro refrativo leve, moderado ou grave. Esse percentual é coerente com dados nacionais apontados pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), que indicam que cerca de 30 a 45% das crianças em idade escolar têm algum tipo de alteração visual que pode comprometer o rendimento acadêmico e a qualidade de vida.

Com base nesses dados, o município adotará o seguinte critério para definir a distribuição das óticas por território:

1. Mapeamento da população adscrita a cada UBS, conforme dados atualizados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e da base do e-SUS.
2. Levantamento do número de escolas públicas localizadas na área de abrangência de cada UBS, com estimativa do número de alunos matriculados entre 5 e 17 anos, conforme informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação.
3. Estimativa de demanda por óculos por território, aplicando-se a taxa de prevalência histórica (40%) sobre o total de crianças triadas por região.
4. Distribuição proporcional das óticas credenciadas, de acordo com a densidade populacional, escolar e potencial de demanda de cada território.

PREFEITURA DE OURO PRETO

5. Nos casos em que houver mais de uma ótica credenciada para o mesmo território, a SMS poderá adotar um modelo de rodízio mensal, divisão de carga por ordem de serviço ou critérios de desempenho técnico (tempo de entrega, qualidade e resolutividade), sempre buscando garantir a equidade, evitar sobrecarga de um único prestador e preservar o acesso ao serviço com base na localização do paciente.

A definição dos territórios será previamente pactuada entre a Secretaria Municipal de Saúde e os prestadores credenciados, com base em mapa de cobertura e critérios técnicos padronizados. Os limites de atendimento por prestador também poderão ser ajustados periodicamente, conforme variação de demanda ou mudança no perfil epidemiológico do território. Esse modelo garante transparência, rastreabilidade, previsibilidade e controle do serviço prestado, além de promover a eficiência logística e otimização do recurso público, ao direcionar os usuários preferencialmente para prestadores próximos de sua residência, reduzindo deslocamentos desnecessários e fortalecendo o cuidado territorializado.

Após a realização da consulta oftalmológica por profissional da rede pública ou conveniada, o paciente que tiver prescrição de lentes corretivas será encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) à ótica credenciada mais próxima de sua residência, observando-se os critérios de organização territorial do município. O critério de proximidade e abrangência geográfica será a base para a distribuição dos pacientes entre as óticas credenciadas, de forma a facilitar o acesso, otimizar a logística e distribuir equitativamente a demanda. O fornecimento de óculos pelas óticas credenciadas será feito exclusivamente mediante autorização prévia da SMS, com base em:

- Formulário padrão de autorização, contendo dados do paciente, número do cartão SUS, prescrição óptica e dados do profissional prescritor;
- Ordem de Serviço emitida pela SMS, enviada por e-mail institucional à ótica credenciada designada para atendimento, contendo nome, endereço e informações clínicas relevantes do usuário.

Nenhum serviço poderá ser realizado sem a devida autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de inadimplência contratual.

A ótica credenciada deverá:

PREFEITURA DE OURO PRETO

- Realizar a conferência da prescrição e orientar o usuário quanto ao tipo de lente autorizada (monofocal, bifocal, etc.);
- Coletar as medidas necessárias para a confecção das lentes (distância pupilar, altura, etc.);
- Disponibilizar modelos de armação conforme o padrão pactuado com a SMS;
- Garantir a entrega dos óculos no prazo máximo de 15 dias corridos, salvo justificativa formal;
- Recolher a assinatura do paciente em campo próprio da autorização de recebimento, constando a data da entrega.

Ao final de cada mês, a ótica credenciada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Saúde:

- A autorização original assinada pelo paciente, atestando o recebimento dos óculos;
- A fatura mensal discriminada, com todos os atendimentos realizados no período, vinculados às ordens de serviço;
- Cópia da prescrição médica e da nota fiscal emitida correspondente ao valor autorizado.

Somente após a conferência desses documentos e sua validação pela equipe técnica da SMS, será autorizado o pagamento mediante conforme legislação vigente. A descentralização do fornecimento de óculos corretivos por meio de credenciamento de óticas permitirá maior celeridade, acessibilidade e capilaridade no atendimento à população, especialmente em regiões periféricas e distritos. Além disso, a padronização dos fluxos de encaminhamento, autorização e prestação de contas garantirá a transparência, controle e qualidade do serviço prestado, respeitando os princípios da legalidade, eficiência e economicidade da Administração Pública.

Caso haja o credenciamento de mais de uma ótica para um mesmo território de referência, a Secretaria Municipal de Saúde adotará critérios de distribuição equitativa da demanda, considerando o volume de atendimentos já realizados, a capacidade operacional declarada pelas empresas e o tempo médio de entrega dos óculos. A prioridade será sempre a garantia da acessibilidade do usuário, da qualidade do serviço e da eficiência na entrega. Dessa forma, será possível evitar concentração de atendimentos em um único prestador e assegurar que todas as empresas credenciadas tenham oportunidade de participação conforme sua área de cobertura e desempenho, resguardando o interesse público e o princípio da economicidade. A SMS poderá, ainda, estabelecer escalas de rodízio, sempre que necessário, para manter o equilíbrio na oferta dos serviços contratados.

PREFEITURA DE OURO PRETO

2.7. Do agendamento

A contratada receberá o encaminhamento dos pacientes realizadas pelo setor da Secretaria de Saúde Municipal de Ouro Preto. Através dos encaminhamentos serão realizados retirados os óculos na ótica credenciada.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Programa Miguilim, instituído pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.284 de 25 de julho de 2023, é uma política pública continuada no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS-MG), que visa à promoção da saúde ocular e auditiva dos educandos da rede pública de educação básica. Com foco especial na saúde ocular, o programa tem como um de seus principais objetivos garantir a detecção precoce de alterações visuais e o fornecimento gratuito de óculos para estudantes com erros refrativos, a fim de evitar prejuízos no desenvolvimento acadêmico, social e cognitivo.

No ano de 2024, o município de Ouro Preto, como parte integrante da microrregião responsável pela reabilitação oftalmológica, realizou 4.296 triagens visuais em escolas públicas, das quais 1.740 resultaram em encaminhamentos para consultas oftalmológicas completas. A partir dessas avaliações especializadas, foram prescritos e distribuídos 642 pares de óculos aos alunos diagnosticados com necessidade de correção visual.

Considerando o planejamento de ampliação da cobertura do Programa Miguilim para o ano de 2025 e o compromisso com a oferta do cuidado integral e em tempo oportuno, torna-se necessária a contratação de óticas por meio de credenciamento público. Esta medida tem como finalidade garantir o fornecimento ágil, padronizado e de qualidade dos óculos prescritos às crianças e adolescentes atendidos pelo programa, respeitando o prazo de até 60 dias após a consulta oftalmológica, conforme diretrizes do próprio Programa.

A contratação é justificada pela alta demanda identificada, pela necessidade de assegurar acesso equitativo a dispositivos corretivos em territórios vulneráveis e pela importância de manter a continuidade do cuidado entre a avaliação oftalmológica e a reabilitação visual. Ressalta-se, ainda, o caráter intersetorial do Programa Miguilim, que articula saúde e educação para promoção de uma rede de cuidado integral.

Dessa forma, o credenciamento de estabelecimentos ópticos habilitados e instalados no município de Ouro Preto é imprescindível para a efetiva execução das ações do Programa Miguilim, garantindo o cumprimento de suas metas e a plena realização do direito à saúde visual das crianças

PREFEITURA DE OURO PRETO

e adolescentes da rede pública de ensino do município.

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A presente contratação tem por objeto o credenciamento de óticas instaladas no município de Ouro Preto-MG, para o fornecimento de óculos de grau destinados a estudantes da rede pública de ensino dos municípios abrangidos pelo Programa Miguilim, que foram diagnosticados com necessidade de correção visual em decorrência das ações de triagem e avaliação oftalmológica realizadas no âmbito do referido programa.

4.1. Descrição da Solução

A solução proposta contempla todas as etapas do ciclo de vida do fornecimento dos óculos, incluindo:

- Recebimento das prescrições médicas emitidas por profissionais habilitados (oftalmologistas credenciados no SUS).
- Conferência e interpretação técnica das receitas oftalmológicas.
- Produção dos óculos, de acordo com as especificações constantes nas receitas e nos parâmetros estabelecidos neste termo de referência.
- Entrega do produto final (óculos prontos) ao estudante beneficiário, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão da prescrição.
- Assistência técnica e ajustes pós-entrega, quando necessários, garantindo a funcionalidade e conforto do uso pelos educandos.
- Substituição do produto nos casos de defeito de fabricação ou incompatibilidade com a prescrição, sem custo adicional ao poder público, dentro do prazo de garantia.

O modelo de credenciamento permite a ampliação da rede de atendimento, promovendo a descentralização dos serviços e a ampliação do acesso, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica.

4.2. Especificação do Produto

Os óculos a serem fornecidos devem obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

- Armações:
 - Material: acetato, metal ou material antialérgico equivalente.

PREFEITURA DE OURO PRETO

- Resistência: compatível com uso infantil e juvenil, com boa durabilidade e flexibilidade.
- Modelos: variedade de tamanhos e formatos apropriados às diferentes faixas etárias (de 5 a 18 anos), incluindo modelos infantis, infantojuvenis e adolescentes.
- Cores: ao menos três opções distintas disponíveis para escolha do estudante/responsável.
- Hastes com articulação flexível ou molas serão consideradas um diferencial.
- **Lentes:**
 - Tipo: lentes corretivas com grau esférico e/ou cilíndrico conforme receita médica.
 - Material: resina ou policarbonato, com tratamento antirrisco incluso.
- **Acondicionamento:**
 - Estojo rígido ou semirrígido para proteção dos óculos.
 - Flanela de limpeza em material apropriado.
- **Garantia:**
 - Mínimo de 90 (noventa) dias para defeitos de fabricação, conforme Código de Defesa do Consumidor.
 - Possibilidade de ajustes de armação ou troca de lentes em caso de erro de confecção.

4.3. Qualidade e Eficiência

Durante todo o ciclo de vida do objeto, serão observados princípios da sustentabilidade, eficiência do gasto público e atendimento humanizado. Será priorizada a entrega em pontos próximos às unidades escolares ou às Unidades Básicas de Saúde (UBS), em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde e Educação, a fim de facilitar o acesso das famílias e reduzir custos logísticos. Os Territórios serão divididos em regiões e as óticas credenciadas serão direcionadas para as regiões escalonadas.

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade

A contratação deverá observar os princípios da sustentabilidade, conforme previsto no art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, priorizando práticas que minimizem impactos ambientais e promovam responsabilidade social. Nesse sentido, recomenda-se:

- Utilização de materiais recicláveis, biodegradáveis ou de menor impacto ambiental, sempre que tecnicamente viável.

PREFEITURA DE OURO PRETO

- Redução do uso de plásticos não reutilizáveis nas embalagens dos óculos.
- Incentivo ao descarte adequado de resíduos gerados durante a produção (lentes defeituosas, embalagens, restos de materiais).
- Preferência para fornecedores que apresentem práticas de gestão ambiental ou responsabilidade social reconhecidas.
- Promoção da equidade social por meio da contratação de empresas locais, cooperativas ou microempreendedores com comprovada atuação social.

5.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

Não se aplica.

A contratação por meio de credenciamento não prevê a indicação de marcas ou modelos específicos. O que se exige é o atendimento às especificações técnicas mínimas constantes neste termo de referência, cabendo aos fornecedores credenciados ofertarem produtos compatíveis com tais critérios, respeitando os princípios da isonomia, padronização e adequação ao interesse público.

5.3. Da exigência de amostra

Não se aplica.

5.4. Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

5.5. Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega

7.A entrega dos materiais será feita de forma parcelada, de acordo com a ordem de fornecimento e nota de Empenho emitida pela secretaria e enviada ótica credenciada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, após solicitação da S.M.S.

7.1. Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

PREFEITURA DE OURO PRETO

- 8.1.** O gestor deverá respeitar todas as normas contidas no Decreto Municipal 5.176/18;
- 8.2.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.3.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.4.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.5.** O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.6.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

Fica designado como fiscal técnico o servidor Paola Cristiane Andrade Amorim, matrícula: 47997, e-mail: atencao.especializada@ouropreto.mg.gov.br

- 8.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 8.8.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 8.9.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 8.10.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

- 8.11.** Fica designado como gestor do contrato o servidor Taciana de Oliveira, matrícula: 44078, e-mail: superintendenciaderede.pmop@gmail.com;

PREFEITURA DE OURO PRETO

8.12. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no Decreto Municipal 5.176/18, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

8.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

8.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

8.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

8.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

8.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

8.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.2. não produzir os resultados acordados,

9.3. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida no fornecimento dos

PREFEITURA DE OURO PRETO

itens.

Do recebimento

9.4. O fornecimento poderá ser rejeitado, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

9.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.7. O recebimento do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;

9.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

9.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.10.1. o prazo de validade;

9.10.2. a data da emissão;

9.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.10.5. o valor a pagar; e

9.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação

PREFEITURA DE OURO PRETO

mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.13. A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

9.14. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

9.18. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, em até 30 dias, obedecendo os critérios do Capítulo X da Lei 14.133/21, e ao cronograma de pagamento da Secretaria de Fazenda, conforme seção anterior;

9.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

9.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão

PREFEITURA DE OURO PRETO

retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

O credenciamento se mostra como uma alternativa mais viável ao serviço de fornecimento dos óculos para os estudantes diagnosticados com problema de vista na rede pública do município de Ouro Preto, pois permite uma facilidade de agendamentos ao longo do mês, permite que os responsáveis em caso de menores de idade, tenham acesso aos óculos nas datas e horários previamente agendados. Também é importante destacar que qualquer intercorrência com o fornecimento dos óculos é facilitado por ter as óticas credenciadas na mesma cidade, o que não ocorre na modalidade de serviços à distância, vigente no ano de elaboração deste edital, 2025.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ XXX (xxx)151.440,00 (Cento e cinquenta e um mil e quatrocentos e quarenta reais).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação	Elemento de despesas	Ficha	Fonte de Recurso	Código de Aplicação
02.35.01.10.302.0150.1156	3.3.90.39.00	1647	1.500.000	1002
02.35.01.10.301.0150.1176	3.3.90.30.00	1393	1.500.000	1002
02.35.01.10.301.0150.1176	3.3.90.39.00	1394	1.500.000	1002

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

PREFEITURA DE OURO PRETO

13. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018.

13.2. No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador, nos termos do artigo 5º, VI da Lei nº 13.709/2018, e a CONTRATADA assume o papel de operador, nos termos do artigo 5º, VII da Lei nº 13.709/2018.

13.3. A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

13.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 2 (dois) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

13.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

13.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da CONTRATADA, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.

13.7. A CONTRATADA somente transferirá dados pessoais e dados pessoais sensíveis à CONTRATANTE quando houver o consentimento específico do titular, ressalvada as hipóteses de dispensa de consentimentos previstos na Lei Federal nº 13.709/2018.

13.8. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes, suas alterações e regulamentações posteriores.

13.9. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

13.10. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA que preencha o Relatório de

PREFEITURA DE OURO PRETO

Impacto à Privacidade - RIPD, caso entender que o serviço a ser prestado tenha riscos para os dados pessoais a serem coletados.

13.11. A CONTRATADA deverá realizar o descarte dos dados pessoais, de forma, segura, após o término do contrato ou quando deixarem de ser necessários ou pertinente para a execução do presente contrato.

13.12. A não observância de qualquer disposição da Lei Federal nº 13.709/2018 implicará responsabilidade solidária, salvo as exceções previstas no art. 43 da Lei Federal nº 13.709/2018.

13.13. A CONTRATADA responderá pelos danos decorrentes da violação da segurança dos dados, quando comprovadamente deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da Lei Federal nº 13.709/2018.

13.14. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.15. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.16. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.17. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.18. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.19. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.20. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.21. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.22. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

PREFEITURA DE OURO PRETO

13.23. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.23.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.24. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.25. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

14.1. São obrigações do Contratante:

14.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

14.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

14.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

14.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

14.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133/2021):

14.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto

PREFEITURA DE OURO PRETO

contratado;

14.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

14.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

14.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

14.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

14.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

14.10. Cientificar o órgão de representação judicial (DACAD) para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

14.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

14.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

14.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.14. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.15. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.17. Registrar nos formulários de solicitação de exames, por qualquer meio, o nome da Unidade de Saúde geradora da solicitação de exame para a identificação da origem do usuário, provenientes de outras unidades assistenciais localizadas em outros municípios. Os exames que não estão inseridos na Tabela SIGTAP deverão ser regulados e autorizados pela Coordenação do Controle/Avaliação e Regulação, bem como a autorização do pagamento de procedimentos das tabelas CBHPM e AMB (última versão).

14.18. Orientar a contratada quanto ao fluxo dos serviços, formulários, rotinas e agendas de

PREFEITURA DE OURO PRETO

atendimento;

14.19. Preparar os expedientes referentes ao pagamento das parcelas contratuais;

14.20. Realização de controle, avaliação e auditoria dos serviços prestados pela contratada, periodicamente ou quando solicitado;

14.21. Avaliação da execução e das condições adequadas para a realização dos procedimentos na CONTRATADA, por equipe designada pela Coordenação do controle Avaliação e Regulação/SMS OURO PRETO.

15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

15.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

15.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

15.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

15.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

15.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

15.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

PREFEITURA DE OURO PRETO

- 15.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 15.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 15.8.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 15.9.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 15.10.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 15.11.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 15.12.** Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 15.13.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 15.14.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 15.15.** Garantir o atendimento do usuário para a realização do exame solicitado pelos profissionais do Sistema Único de Saúde;
- 15.16.** Arcar com todos os custos para emissão do resultado dos exames tais como: materiais de expediente (papel, envelopes, cartucho para impressora, pessoal para digitação, etc.);
- 15.17.** Emitir nota fiscal dos serviços efetivamente prestados, assim que for solicitado pelo Controle Avaliação e Auditoria – SMS OURO PRETO, em nome da Prefeitura Municipal de

PREFEITURA DE OURO PRETO

OURO PRETO/Fundo Municipal de Saúde;

15.18. Assumir os riscos inerentes à atividade, bem como todo e qualquer ônus relativo a impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes à Seguridade Social.

15.19. Garantir ao paciente a confidencialidade dos dados e informações sobre a sua assistência.

15.20. Não utilizar, nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, limitar suas práticas aos procedimentos consagrados e reconhecidos pelo Conselho Regional de Farmácia.

15.21. A suspensão de qualquer procedimento deverá ser justificada oficialmente e comunicada ao Serviço de Controle, Avaliação e Regulação com a maior brevidade possível, informando ainda o prazo estimado para a retomada da realização dos procedimentos, sob pena de notificação;

15.22. Notificar com antecedência a CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua Diretoria, Contrato ou Estatuto, enviando a CONTRATANTE, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas para avaliação e autorização quanto à continuidade dos serviços;

15.23. Gerar e fornecer para os órgãos fiscalizadores e reguladores relatórios estatísticos e gerenciais de acordo com o interesse do gestor municipal;

15.24. Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos procedimentos ou atrasos junto à Secretaria Municipal de Saúde de OURO PRETO;

15.25. Formalizar a justificativa das razões técnicas da não realização de qualquer ato profissional quando requerido pelo paciente ou por seu responsável;

15.26. Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou a seu representante, por profissional empregado, vinculados ou preposto, em razão da execução deste contrato;

15.27. Executar os serviços contratados conforme a melhor técnica, obedecendo rigorosamente às normas técnicas existentes;

15.28. O prazo para a entrega do resultado do exame ao usuário dependerá do tipo de exame solicitado;

15.29. Atender aos usuários, independentemente da idade dos mesmos, inclusive criança, idoso e portador de deficiência.

15.30. Apresentar relatório com as solicitações de exames contendo nome do usuário e exames realizados. As que estiverem fora deste padrão não serão pagas;

15.31. O Prestador de serviço deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização da Contratante ou Comissão designada para tal.

PREFEITURA DE OURO PRETO

15.32. Realizar os exames respeitando os valores mensais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

16. PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

Ouro Preto, 23 de setembro de 2025

Taciana de Oliveira

Matrícula: 44078

Enfermeira

Paola Cristiane Andrade Amorim

Matrícula: 47997

Diretora da Atenção Especializada

Junio Jose Rodrigues Carioca

Matrícula: 47101

Diretor de Gestão de Suprimentos

Leandro Leonardo de Assis Moreira

Matrícula: 45032

Secretário de Saúde